

O “NOSSO TEATRO”

Na Madeira, o teatro dá continuidade ao papel que tivera desde a fundação da nacionalidade portuguesa. Os locais das primeiras representações teatrais são os locutórios dos conventos, as igrejas e, nos séculos seguintes, os edifícios já existentes, ligados a empreendimentos privados e dependentes da vontade de entusiastas das artes, até à construção da primeira casa de espetáculos no século XIX. Esta construção era reclamada desde a primeira metade da centúria, embora só na década de oitenta o conselheiro José Silvestre Ribeiro e João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos dão os passos decisivos para a edificação da tão desejada obra que é concluída em 1887.

Inicialmente denominado Teatro D. Maria Pia vê o seu nome alterado para Teatro Funchalense, com a instauração da República, designação encontrada pela edilidade perante a recusa de Manuel Arriaga ao convite que lhe fora feito para apadrinhar a casa de espetáculos. Referência ao político, deputado pela Madeira, que devido ao cargo que desempenha não pode aceitar, embora se mostre disponível para uma ocasião mais oportuna. Na sequência desta recusa, o espaço é denominado Teatro Funchalense, recebendo o nome do governante apenas em 1917, já depois da sua morte. Nos anos 30 é rebatizado Teatro Balthazar Dias, em homenagem ao poeta madeirense do século XVI, autor de uma estética notável na qual reescreve a memória espiritual da ilha e perpetua a identidade do povo madeirense.

Dado tratar-se da mais nobre casa de espetáculos, na qual o público se revê, particularmente a elite funchalense, a imprensa refere-se-lhe com carinho, com expressões como ‘o nosso teatro’, ‘o elegante teatro’, ‘o nosso primeiro teatro’, ‘a nossa primeira casa de espetáculos’, uma vez que é a realização de um sonho dos madeirenses, a de possuir um teatro semelhante ou melhor que o S. Carlos de Lisboa.

Em finais do séc. XIX e



princípios do séc. XX recebe grandes companhias nacionais e estrangeiras, as melhores produções dramáticas e musicais de madeirenses, fazem-se exposições, e figuras públicas sobem ao palco em datas comemorativas. A vinda de grandes e famosas companhias é apoiada pelos governantes que advogam que é uma responsabilidade das câmaras a instrução artística dos seus munícipes, é um dever patrocinar a atuação de artistas teatrais de categoria, iniciativa já largamente praticada lá fora, porque nem “só de pão vive o homem. Nem só da materialidade das fontes e caminhos vive uma população civilizada” (ARM, Heraldo da Madeira, N.º 2651, 4-IX-1913, p. 1), fazendo jus à expressão de Rousseau, segundo Bori (1982, Esthétique Théâtrale, Textes de Platon à Brecht, p. 193)

que não “chega que o povo tenha pão e viva da sua condição. É preciso que viva agradavelmente: a fim que cumpra melhor os seus deveres, que se atormente menos para deles sair, e que a ordem pública esteja melhor estabelecida. [...] O desgosto do trabalho oprime mais os infelizes que o próprio trabalho. Quereis então tornar um povo activo e laborioso? Dai-lhe festas, oferecei-lhe divertimentos que lhe façam amar o seu estado e o impeçam de invejar outro mais doce.”

Uma das principais características do teatro na Madeira é a filantropia e a beneficência. As mulheres da ‘melhor sociedade’ participam ativamente

na organização de eventos, atuações e representações de natureza altruísta e as sociedades dramáticas de amadores, orquestras e artistas musicais, companhias nacionais e estrangeiras unem-se às iniciativas promovidas, cujo principal objetivo é auxiliar instituições carenciadas. Outra característica consiste em alertar para os problemas existentes que, não raras vezes, tornam a vida difícil na ilha, como a emigração, e também dar a conhecer a história, política e social, do país.

Quanto ao problema da emigração, João de Andrade Corvo (1824 -1890), Álvaro Rodrigues de Azevedo (1824-1898) e João de Nóbrega Soares (1831-1890) fazem retratos da emigração para Demerara (Guiana Inglesa), o destino mais procurado pelos madeirenses, naquela época. Enquanto a peça O Aliciador de João de Andrade Corvo, representado no teatro D. Maria II, em Lisboa, retrata a situação dos camponeses, decorrente dos ‘contratos de colónia’, os dramas do aliciamento e da emigração clandestina, João de Nóbrega Soares escreve A Virtude Premiada, representada no Teatro Esperança, na Madeira. A peça colhe os melhores aplausos e elogios, dado que o principal objetivo é esclarecer e proteger os camponeses que na época emigravam engajados para terras longínquas à procura de trabalho e de uma vida melhor. Já Álvaro Rodrigues d’ Azevedo, sensível aos problemas sociais, escreve o drama A Família do Demerista sobre o madeirense que enriquece nos países de emigração à custa do seu trabalho e regressa à ilha com vontade de ajudar a família e os da terra, contrariando os retratos feitos por João de Andrade Corvo e de João de Nóbrega Soares, que o descrevem como um explorador dos seus compatriotas.

Manuel Caetano Pimenta de Aguiar (1765-1832) faz retratos da cena política portuguesa do séc. XVIII e XIX, compara-os com os da Grécia antiga e faz renascer Sócrates, o imorredouro filósofo, que no séc. V a. C. vive em tempos conturbados tal como o dramaturgo madeirense.

Num país em que reina a tirania, em que os homens que estão no poder enveredam pela linha radical, executam quem se mostrar contra o regime, é preciso cautela no agir. O potencial catártico do teatro, entendendo catarse como aumento do conhecimento e da capacidade de reflexão é, na realidade, um espaço ao qual afluem assuntos que preocupam o homem como políticos, emigratórios, sociais, dado retratarem a vida.

Efetivamente, tanto a época de Sócrates como a de Pimenta de Aguiar estão envoltas em contradições, em sobresaltos, o que acaba por aproximar o dramaturgo do filósofo na forma como se propõem sair da crise. Um e outro possuem ideias e princípios dos quais abdicam para se dedicar à guerra, uma vez que Pimenta de Aguiar abandona os estudos de artes e de ciências, em Paris, para participar na Revolução Francesa e Sócrates abandona a arte de escultor, que seu pai lhe ensinara, porque é chamado às armas. Ambos recolhem triunfos, procuram valores morais superiores, uma através da literatura, da tragédia, e outro através da filosofia, da dialética. Sócrates fá-lo pelo diálogo e cai em tragédia e Pimenta de Aguiar fá-lo pela tragédia, abre-se ao diálogo, razão pela qual protagoniza o filósofo nesta obra. Publicada em 1819, a Morte de Sócrates, é apresentada, a título de prólogo, com um soneto da autoria de João Braz Vidal, advogado da Casa da Suplicação, que reza assim:

SONETO Musa da Tragédia, rociada
 De puro nectar, entra em fausto dia
 No Findo, das Irmãs em companhia,
 Fallando assim a Apollo magoada:
 Se o Mestre de Platão abriu a estrada
 Da sã moral, que os homens alumia,
 Se o premio foi armar-se a tyrannia
 Contra a vida de Socrates honrada:
 Como consentes que a exemplar história

Não ganhe no Cothurno igual grandeza
 A deste Heroe, que vive na memoria?
 Entre os Genios da gente Portuguesa
 (Phebo lhe diz) Nação de eterna gloria,
 Meu Aguiar venceo tão ardua impresa.

Não de trope lisonja bafejado,
 Mas da rara amizade vem dictado.

Do auctor

A forma e a profundidade com que Pimenta de Aguiar retrata conceitos de elevado cariz ético e político são reveladoras de conhecimentos históricos e filosóficos e também de elevadas aptidões de escritor dramático que lhe conferem um estilo muito original, sendo comparado a Sócrates por este poeta.

ELINA BAPTISTA